

# **A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CRIANÇA E INFÂNCIA E DO ATENDIMENTO EM CRECHES E PRÉ – ESCOLAS**

Pós-graduanda: Jéssica Springer<sup>1</sup>

Orientadora: Dilva Bertoldi Benvenuti<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo traz um olhar voltado para a evolução que os conceitos criança e infância sofreram ao longo dos tempos. Discorre também acerca de como foi se estruturando a evolução do atendimento às crianças de pouca idade em creches e pré-escolas. Para tal, a pesquisa baseou-se na problemática que leva em conta a prerrogativa de que, se de fato, o conceito de criança e infância tem evoluído nas instituições de Educação Infantil nas últimas décadas? Tendo como foco este problema de pesquisa, buscou-se como objetivo maior, destacar a grande transformação que se observa na conceituação de criança e infância, que passou de sujeito social inativo e sem status social a uma categoria social reconhecida, estudada e amparada por legislações específicas, orientadoras e protetivas. O atendimento em instituições específicas, creches e pré-escolas, também passaram por mudanças significativas, em que se saiu de uma educação de caráter assistencialista para uma pedagogia que articula cuidar e educar quando se trata do desenvolvimento e aprendizagem infantil. Este estudo toma por base reflexões de autores de renome, como Ariés, Kuhlmann Junior e Sônia Kramer que discutem reflexivamente sobre o tema em questão. O artigo também se valeu de escritos de autores com textos publicados e pertinentes ao tema proposto. Além destes, são mencionadas também na pesquisa as legislações que amparam a educação infantil, como o RCNEI - Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, LDB 9.394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013. Considerando todos esses aspectos, a pesquisa mostra-se desenvolva em caráter qualitativo e bibliográfico. Nesta perspectiva, ressalta-se que o diálogo e o encontro de múltiplas vozes são fundamentais para constituir olhares críticos, reflexivos, questionadores sobre a educação, bem como entender seus processos e contribuições.

Palavras-chave: Conceito. Evolução. Criança. Infância.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina

<sup>2</sup> Mestre em Educação e professora do Curso de Pedagogia da Unoesc- campus de São Miguel do Oeste e Maravilha.

## 1 DIÁLOGO INICIAL

Este artigo tem como tema orientador “A Evolução do Conceito de Criança e Infância e do Atendimento em Creches e Pré – Escolas”. O pressuposto motivador desse tema parte do fato de que nem sempre a criança teve reconhecimento social e foi percebida como sujeito histórico e de direitos como a percebemos hoje.

O processo de reconhecimento da criança e da infância como um ser munido de características próprias, com capacidade intelectual singular e com uma identidade só vai ocorrer na modernidade. Durante muito tempo, as crianças foram consideradas como uma parcela da população sem status social nem identidade que se misturava aos adultos, sendo que o que as tornavam distintas entre eles era a estatura menor. Ariés (2006) cita que “assim que os pequenos se tornassem menos dependentes dos adultos, se misturavam a eles, em seus afazeres, diversões se tornado legítimos adultos em miniatura. Elas eram a esperança do adulto, que depositavam nelas as expectativas de que seus valores e costumes tivessem continuidade nas gerações seguintes”.

Dessa mesma forma, o atendimento escolar dessas crianças em instituições específicas de Educação Infantil também sofreu mudanças significativas ao longo dos tempos. Saímos de um atendimento de caráter assistencialista que era voltado ao cuidado físico das crianças. Cuidado este, que era destinado aos filhos de operárias das indústrias capitalistas; do qual os filhos dos integrantes da elite não compartilhavam, pois as crianças advindas da elite burguesa eram atendidas nos chamados Jardins de Infância, de orientação froebeliana; uma clássica separação social e típica de uma sociedade capitalista. Segundo Kuhlmann Junior (1998), as instituições pré-escolares foram difundidas internacionalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Diante das questões pontuadas e de muitas outras que ainda serão mencionadas, se torna oportuno refletir se de fato o conceito de criança e infância tem evoluído nas instituições de Educação Infantil nas últimas décadas e como ocorreu esse processo para que se chegassem à concepção de escola, ensino, criança e infância que se tem como parâmetro hoje.

A organização didática do presente texto segue, inicialmente, trazendo uma breve historicização da Educação infantil. Em um segundo momento, abordam-se as legislações brasileiras pertinentes à infância a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e algumas das novas perspectivas que se apresentam para a Educação Infantil. Finaliza-se com reflexões apreendidas com base nos autores e discussões abordadas ao longo deste artigo e que muito contribuíram para materialização do mesmo.

## **2 NAVEGANDO EM ÁGUAS HISTÓRICAS: O PROCESSO CONSTITUTIVO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E DOS CONCEITOS DE CRIANÇA E INFÂNCIA**

Valendo-se da importância já reconhecida que hoje a Educação Infantil tem no cenário educacional e no processo de aprendizagem das crianças, não podemos deixar de considerar o longo processo histórico pelo qual essa etapa primeira da Educação Básica passou.

Sabemos que nos primórdios da educação a criança não tinha um reconhecimento amplo tal qual como hoje, reconhecida como uma categoria social específica, tampouco a infância. Também estamos cientes de que as instituições de Educação Infantil não nasceram com os parâmetros e objetivos que as regem hoje. Tudo é decorrente de um processo histórico longo e relevante em que o momento social, os valores sociais e familiares vigentes, o modo de produção social e os movimentos sociais tiveram grande influência para se chegar à educação de hoje, que reconhece a criança como pessoa de direitos e especificidades e a infância como categoria social, protegida, inclusive, por legislações específicas e que garantem (ou pelo menos deveriam garantir) um desenvolvimento saudável e integral para os pequenos.

Sendo assim, traz-se para este diálogo o fato de que as conceituações iniciais de criança e infância são objeto de pesquisa de alguns teóricos, como Phillipe Ariés, um autor de renome nessa área de conhecimento e ponto de partida ao se percorrer o caminho de transformações em relação aos sentimentos e atitudes referentes à criança e à infância.

A pesquisa de Ariés (2006) aponta que o sentimento de infância veio surgindo do século XII ao XVIII. Na arte medieval até o século XII não se detecta nenhuma expressão infantil. Segundo ele, “Até por volta do século XII, à arte medieval desconhecida a infância ou não tentava representá-la; é difícil acreditar que essa ausência se devesse à falta de habilidade ou de competência. Parece mais provável que a infância não tivesse lugar naquele mundo”. (ARIÉS, 2006, p 17).

Os homens dos séculos X e XI, não se detinham diante da imagem de infância; esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Ariés (2006) ainda destaca que a infância era um período de transição, logo ultrapassado e cuja lembrança também era logo perdida.

Ariés (2006) segue enfatizando que por volta do século XIII, surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno. Surgiu o anjo, representado sob aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente; o Menino Jesus ou Nossa Senhora menina, pois a infância aqui se ligava ao mistério da maternidade da Virgem e ao culto à Maria. Um terceiro tipo de criança surge na fase Gótica, é a criança nua.

Por volta do século XIII, surge um sentimento no meio familiar, chamado de “paparicação”, destinado às crianças bem pequenas. Esse sentimento suscitava nas pessoas um prazer despertado pelos modos peculiares de as crianças se comportarem. As crianças nessa fase aparecem nas obras de arte de maneira variada: caracterizadas na forma adulta; na forma de um anjo representado por um jovem, que se manteve até o século XVII; na forma do menino Jesus, e, na fase gótica, enrolados em cueiros ou vestidos com uma camisa ou camisola (ARIÈS, 1981, p.52).

Em artigo publicado no Portal Educação por colunista do portal (2013) ressalta-se que sem dúvida, o século XVIII constitui-se um marco na evolução dos sentimentos em relação à infância. Aos poucos a sociedade foi percebendo que a criança não poderia ser tratada de maneira igual a um adulto. Mas, não podemos esquecer que esse processo foi gradual e lento. Foi neste século que a infância mereceu maior atenção, levando a uma descoberta gradativa de sua estrutura física, de sua linguagem e de suas peculiaridades.

O Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, uma grande conquista moderna no reconhecimento à Educação Infantil, diz que “A criança como todo ser humano é um sujeito social e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico”. (RCNEI, 1998, Vol 1, p. 21).

As concepções de criança que foram se constituindo ao longo dos tempos contribuíram para que hoje tivéssemos esse olhar mais cuidadoso para com a criança e com as *infâncias*, (o termo *infâncias* é cabível porque nem todas as crianças vivem do mesmo jeito. Algumas têm brinquedo, outras não têm comida, etc. São *infâncias* diversas.) salientando que criança é reconhecida por lei até os 12 anos incompletos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990). A infância tem seu fim, dando início à adolescência, sendo necessário olhar para ela não apenas como continuação de gerações, mas como alguém que faz parte do nosso presente e merece ser cuidada e educada integralmente, fomentando espaços, para que se torne autônoma e crítica.

Quanto às instituições escolares, cabe aqui destacar, antes de qualquer coisa, que precedendo a existência das creches e pré-escolas, destaca-se a atuação da Casa dos Expostos ou Casas de Roda; um lugar onde eram deixadas as crianças não desejadas, e que eram mantidas por doações e contavam com o auxílio da igreja.

O fim dessas Casas deve-se à ação de três movimentos sociais: médico-higienista, jurídico-policia e religioso. Kuhlmann Junior (1998) destaca a década de 1970 pela entrada triunfal da influência médico-higienista nas questões educacionais. Nessa época, consolidaram-se e avançaram os conhecimentos relativos às relações entre microrganismos e

doenças. Os higienistas discutiam os projetos para construção de escolas, implantação dos serviços de inspeção médico-escolar e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil.

Do ponto de vista jurídico-policial, Kuhlmann Junior (1998) destaca que as preocupações com as legislações trabalhistas e criminais trazem o tema da chamada infância moralmente abandonada.

A influência religiosa tem forte presença da Igreja Católica – única instituição capaz de salvar a ordem social e fazer a felicidade dos povos – e anunciava a sua contribuição para o controle das classes trabalhadoras.

Assim, devido a esses e outros movimentos, as Casas de Expostos foram extintas dando espaço para o surgimento dos asilos/creches para filhos de mães e pais operários, pobres e os jardins de infância, para filhos de burgueses, baseado na proposta de Froebel. Posteriormente, a Expansão do atendimento à Educação Infantil se deve a diversos fatores, dentre os quais podemos citar a urbanização, a industrialização, a participação da mulher no mercado de trabalho, as modificações na organização e na estrutura das famílias e ao reconhecimento, pela sociedade, da importância das experiências da infância para o desenvolvimento da criança.

Segundo Luiza Franco Duarte, em artigo publicado na IX Anped Sul (2012), uma análise do processo histórico de surgimento das instituições de atendimento à criança pequena evidencia que as funções de guarda, assistência e cuidado foram ao longo do tempo desapropriadas das famílias, sobretudo, das mães trabalhadoras. Com a inserção da mulher da classe média no mercado de trabalho e a crescente conscientização da importância da criança iniciar o seu processo de socialização fora do contexto familiar, cada vez mais cedo, expandiram-se de forma significativa as denominadas “pré-escolas”, “berçários” e/ou “jardins de infância”.

Segundo consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013, p.86), mais especificamente na parte que fala sobre a Educação Infantil, a construção da identidade das creches e pré-escolas a partir do século XIX em nosso país insere-se no contexto da história das políticas de atendimento à infância, marcado por diferenciações em relação à classe social das crianças e a partir de diversos contextos de demandas, ora como forma de combate à pobreza, na perspectiva do Estado, ora como salário complementar, na perspectiva familiar.

Enquanto para as mais pobres essa história foi caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social, para as crianças das classes mais abastadas, outro modelo se

desenvolveu no diálogo com práticas escolares. Essa vinculação institucional diferenciada refletia uma fragmentação nas concepções sobre educação das crianças em espaços coletivos, compreendendo o cuidar como atividade meramente ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres, e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados.

Para além dessa especificidade, predominou ainda, por muito tempo, uma política caracterizada pela ausência de investimento público e pela não profissionalização da área.

Em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais, um novo paradigma do atendimento à infância – iniciado em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) – tornou-se referência para os movimentos sociais de “luta por creche” e orientou a transição do entendimento da creche e pré-escola como um favor aos socialmente menos favorecidos para a compreensão desses espaços como um direito de todas as crianças à educação, independentemente de seu grupo social.

O atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças se concretiza na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação, processo que teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

A partir desse novo ordenamento legal, creches e pré-escolas passaram a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória a etapas posteriores de escolarização.

Certamente não há como negar a grande evolução que a Educação Infantil passou no período entre meados do século XIX até os tempos atuais, mas este caminho cheio de lutas, dificuldades e conquistas ainda não chegaram ao fim. Melhorar a qualidade da Educação Infantil é tarefa constante e deve sempre privilegiar o bem estar da criança de forma ampla e integral.

Este breve histórico da Educação Infantil nos possibilita compreender ela tem sua origem e materialidade com a prestação de assistência a saúde e preservação da vida.

## 2.1 CRIANÇA E INFÂNCIA: NOVOS OLHARES, PERSPECTIVAS E CONCEPÇÕES.

Sandra Vaz de Lima (2006), diz que o sentimento de infância, a ideia de infância e a representação de infância, fenômenos psicossociais, surgiram na civilização muito vagarosamente. Por diversos períodos se questionou qual era o tempo da infância e quem era a criança. Esse conceito ou ideia que se tem da infância foi sendo historicamente construído e a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias e sim, como um adulto em miniatura como já vimos anteriormente nas falas de Áries.

Nitidamente percebe-se que a criança e a infância avançaram muito em termos de conceituação e reconhecimento social. Muitos teóricos como Wallon, Vygotsky que traz a idéia do ser humano como “fruto” do contexto histórico e Piaget que em suas pesquisas, concebeu a criança como um ser dinâmico, que a todo o momento interage com a realidade remeteram seus estudos ao desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, cada qual de uma perspectiva distinta, emocional, epistemológica ou social. Junto a esses teóricos muitos outros como Frenet, Froebel, Pestalozzi, Maria Montessori remeteram seus estudos a respeito da criança, da infância do seu processo de aprendizagem das influencias que o meio em que a criança vive exerce sobre ela, entre muitas outras características.

Ademais, a infância é um período da vida da criança em que ela legitima suas experiências. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ela se estende até os 12 anos incompletos, um período bastante longo e rico em termos de experiências e aprendizagens.

O Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998) se refere às crianças da seguinte forma:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (Vol 1 p 21).

Sequenciando as incursões sobre a temática, Sonia Kramer em artigo intitulado “O papel social da educação infantil” mais especificamente no subtítulo “infância e cultura - outros espaços de educação infantil” evidencia que as crianças são seres sociais, têm uma história, pertencem a uma classe social, estabelecem relações segundo seu contexto de origem, têm uma linguagem, ocupam um espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões do seu contexto familiar e com a sua própria inserção nesse contexto.

Elas são pessoas, enraizadas num todo social que as envolve e que nelas imprime padrões de autoridade, linguagem, costumes. Essa visão de quem são as crianças - cidadãos de pouca idade, sujeitos sociais e históricos, criadores de cultura - é condição para que se atue no sentido de favorecer seu crescimento e constituição, buscando alternativas para a educação infantil que reconhecem o saber das crianças (adquirido no seu meio sócio-cultural de origem) e oferecem atividades significativas, onde adultos e crianças têm experiências culturais diversas, em diferentes espaços de socialização.

Nesta direção muitos estudos criticam a dominação que ainda está presente na Educação Infantil; o adultocentrismo marca as produções teóricas e as instituições. Reconhecer na infância sua especificidade - sua capacidade de imaginar, fantasiar e criar - exige que muitas medidas sejam tomadas. Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido da história, requer que se conheçam as crianças, o que fazem, de que brincam como inventam, de que falam. Nesta concepção de infância, história e linguagem são dimensões importantes de humanização: há uma história a ser contada porque há uma infância do homem.

Adiante e considerando o argumento anterior, não podemos deixar de falar do cuidar e educar, tão presentes dentro da Educação Infantil, tão indissociáveis e que evoluíram ao longo da genese da Educação Infantil. Contemplar o cuidado na esfera da instituição de Educação Infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

Para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das

capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual da criança, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais.

Ainda dentro desse contexto de compreender e valorizar a criança tem-se o ato de educar, também referenciado no RCNEI. A instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. Pode-se ainda oferecer as crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras, aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou situações de aprendizagem orientadas pelos adultos. Vale ressaltar que essas aprendizagens ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. O grande eixo articulador da Educação Infantil é saber unir esses dois aspectos: cuidar e educar para se que obtenha uma prática de sucesso.

Se compreendermos as crianças, indubitavelmente compreenderemos melhor nossa época, nossa cultura, a barbárie e as possibilidades de transformação.

## 2.2 INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS LEGAIS QUE LEGITIMAM O ACESSO A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Depois de um abrangente leque de discussões voltadas aos inegáveis avanços referentes à criança e a infância, remetemos, agora, nosso diálogo às perspectivas legais que também legitimam essa mudança de concepção de forma intrínseca no cenário educacional.

No Brasil, dispomos de legislação avançada na área da educação, introduzida pela Constituição Federal de 1988: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

Com efeito, o primeiro grande marco que podemos e devemos citar, é a Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro deste mesmo ano e atual carta magna da

República Federativa do Brasil. Em seu Capítulo III, Da Educação Cultura e Desporto, Seção I Da Educação, temos os artigos, 205 e 206 que destacam:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Adiante, no Artigo 208, a Constituição cita que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia [...] de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (Inciso IV)”. Ao definir, como direito da criança de 0 a 5 anos de idade e dever do Estado, o atendimento em creche e pré-escola, a Constituição criou uma obrigação para o sistema educacional, pela qual teve que se equipar para dar respostas a esta nova responsabilidade.

Outra legislação que podemos aludir diz respeito ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) com promulgação em 13 de Julho de 1990, consolidando uma grande conquista da sociedade brasileira: um documento de direitos humanos que contempla o que há de mais avançado na normativa internacional em respeito aos direitos da população infanto-juvenil. O Estatuto da Criança e do Adolescente ratificou que "é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade (ECA, artigo 54, inciso IV). Segundo o ECA:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

(Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

O que podemos salientar até aqui é que a Educação Infantil no Brasil é muito jovem: ela nasceu em 1988 – quando, segundo a nova Constituição, a criança passou a ser vista não como um objeto a ser mantido e preservado sob tutela, mas como um indivíduo com direitos e deveres – e se firmou ao longo da década de 90.

Por conseguinte, no ano de 1996, temos a consagração de outra importante legislação no campo educacional: A Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que em seu artigo 4º, inciso IV, confirmou, mais uma vez, o atendimento gratuito em creche e pré-escola como dever do Estado.

Ela introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais a integração das creches nos sistemas de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica. A educação infantil através da LDB passou a ser oferecida em espaços educacionais com propostas de caráter pedagógico, cabendo à União a coordenação da Política Nacional de Educação e ao município o oferecimento da Educação Infantil em creches e pré-escolas.

A título de conhecimento, recentemente, no ano de 2013, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96, passou por alterações significativas, que culminaram na obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 e 5 anos nas instituições de Educação Infantil, mais especificamente na pré-escola. A Lei nº 12.796/2013, segundo consta em texto publicado no site Ação Educativa em 04 de Outubro de 2013, realiza uma alteração expressiva da LDB. Em entrevista, o advogado da Ação Educativa e coordenador do Programa Ação na Justiça Salomão Ximenes, em entrevista publicada no site, detalha as principais alterações promovidas por esse novo paradigma legal para as cidades brasileiras. Em relação ao período de obrigatoriedade escolar, a Lei basicamente faz um ajuste de redação da LDB em relação à Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que havia ampliado a obrigatoriedade para a faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, estabelecendo o ano de 2016 como prazo final para a universalização.

Outrossim, em 1998, surgiram as primeiras diretrizes para educação infantil com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Esta publicação foi desenvolvida com o objetivo de servir como um guia de reflexão para os profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 5 anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. Ele é fruto de um amplo debate nacional, do qual participaram professores e diversos especialistas que contribuíram com conhecimentos provenientes tanto da vasta e longa experiência prática de alguns, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros. Objetivou ser uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que visa à estruturação de propostas educacionais adequadas á especificidade de cada região do país.

Paralelamente, é coerente ressaltar que o grande papel da educação é proporcionar às crianças a capacidade de se tornarem cidadãos críticos e atuantes dentro da sociedade a que

pertencem, tendo acesso a esses benefícios que a escolarização proporciona de forma igualitária e humana. Cabe ao Estado garantir e efetivar esses direitos e a nós, colocá-los também em prática. Sendo assim, é importante sobrelevar aqui o novo Plano Nacional sobre a Educação Infantil, que traz muitos avanços para essa etapa da Educação Básica, trazendo como proposta, 20 metas para a educação.

Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, segundo o texto “Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação” implica-se assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. As metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. O PNE foi elaborado com esses compromissos, largamente debatidos e apontados como estratégicos pela sociedade na CONAE 2010.

Cabe enfatizar que o Plano Nacional de Educação tem como primeira meta “Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”. (pg 16).

Essa meta abrange a manutenção e ampliação da rede, em regime de colaboração, assegurando a acessibilidade e o programa nacional de construção e reestruturação de escolas e de aquisição de equipamentos, com vistas à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. Igualmente de modo colaborativo, está previsto o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o seu atendimento. (pg 17).

Investir fortemente na Educação Infantil, conferindo centralidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos, é a tarefa e o grande desafio do município. Para isso, é essencial o levantamento detalhado da demanda por creche e pré-escola, de modo a materializar o planejamento da expansão, inclusive com os mecanismos de busca ativa de crianças em âmbito municipal, projetando o apoio do estado e da União para a expansão da rede física (no que se refere ao financiamento para reestruturação e aparelhagem da rede) e para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança, a infância e as instituições escolares (creches e pré-escolas) abordadas reflexivamente neste artigo trouxeram a tona uma gama de informações de grande relevância para quem atua na área educacional. Sabemos que a educação atual não é perfeita e tem graves falhas em seu sistema estrutural. Mas a forma como vemos esses três aspectos citados, é muito mais democrática, dialética e contemplativa do que em suas primeiras perspectivas, isso se tem que admitir. O texto abrangeu aspectos que nos permitem refletir em como chegamos ao modelo de Educação Infantil atual. Ter um olhar histórico é importante para nos tornarmos mais críticos e reflexivos frente a esse cenário.

Todos os períodos evolutivos pelo qual a educação passou, bem como a conceituação da criança e da infância estiveram coerentes com fatores sociais de cada época: modelo de sociedade e família, modo de produção econômica...

Muitos dos aspectos que já caracterizaram a educação não são mais aceitáveis por que não só a educação evoluiu; nós evoluímos, as famílias já não se estruturam mais do mesmo modo e tudo isso reflete em como caracterizamos e pensamos a educação. Nosso pensamento antes focado em aspectos individualistas do desenvolvimento, hoje já avança para uma transdisciplinaridade, em que os conhecimentos se perpassam e se entrelaçam, formando uma teia de conhecimentos que abre nossa mente para o novo de uma forma mais dialética e reflexiva.

Também professores e professoras têm, na experiência conjunta com as crianças, excelente oportunidade de se desenvolverem como pessoa e como profissional, tanto é que isso reflete no fato de nunca cogitarem cessar sua formação profissional, buscando sempre atualizar seus conhecimentos, ampliar suas visões e criticidade frente à criança, infância e legalidade e a fatores que envolvem o cotidiano e universo infantil, para que se garanta de fato seu desenvolvimento integral.

Como declara a Resolução N° 5, de 17 de dezembro de 2009, presente nas Diretrizes Curriculares de 2013, é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (Art 5° § 1°), sendo que as vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças (§ 5°).

Isso significa que o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, trabalhando conjuntamente com a escola e com a comunidade em prol do bem estar da criança, criando ambientes estruturais adequados para a aprendizagem das crianças, com infraestrutura coerente com as idades, materiais pedagógicos, acessibilidade e

por fim, mas não menos importante, ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, nossos professores que estão atuando diretamente com as crianças, sendo que são eles os sujeitos responsáveis por proporcionar formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com a necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento das relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda dominam nossa sociedade.

Vivemos atualmente uma incógnita, que na minha visão é importante salientar, estamos entre a legislação que ampara o atendimento das crianças da educação infantil e a família que munida de direito e necessidade de trabalhar, muitas vezes não se inclui no processo de educar. Precisamos rever e perceber a necessidade de férias para crianças de pouca idade e de tempo para que os professores desta área possam parar para pensar, estudar e refletir.

Não podemos retroceder no tempo, as escolas de educação infantil não podem tornar-se novamente assistencialistas, pois, estes são espaços pedagógicos conquistados com muita luta pelos professores e estudiosos desta área. É uma luta que recomeça...

Sabemos que a busca pela equidade e pela qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. Vivemos atualmente um momento fecundo de possibilidades, com bases legais mais avançadas e com a mobilização estratégica dos setores públicos e de atores sociais importantes neste cenário. É possível realizar um bom trabalho de alinhamento dos planos de educação para fazermos deste próximo decênio um virtuoso marco no destino do nosso País. (Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação).

Salvo os grandes desafios que ainda temos que vencer, estamos vivenciando um momento histórico muito oportuno para a reflexão e a ação em prol das crianças. Cada vez mais, a educação e o cuidado na primeira infância - a Educação Infantil -, são tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e por um número crescente de países em todo o mundo. Tem-se um Estado mais preocupado e participativo.

Mediante o exposto, deixa-se claro que uma pesquisa nunca é finita, sempre se tem algo a mais a acrescentar, novos conceitos, olhares e perspectivas. Este estudo é convidativo a continuação e aperfeiçoamento das ideias nele propostas.

Quando uma ideia morre, quando a mente se acomoda, quem mais perde com isso, somos nós mesmos (mesmo que muitos não percebam isso), deixamos de buscar o melhor para nossas crianças e para nós mesmos. Crianças não são só o futuro da humanidade, elas são nosso presente e precisam de adultos que pensem nelas, para elas e com elas.

### **ABSTRACT**

*This article provides a look returned for the evolution of the child and childhood concepts have over time. Also talks about how it was structured the evolution of care for young children in day nursery and preschools. To this, the research was based on the issue that takes into account the prerogative that if in fact the concept of child and childhood has evolved in early childhood institutions in recent decades? Focusing on the problem of research, we sought as major objective, highlighting the great transformation observed in the child's conception and childhood, which went from inactive social subject and no social status to a social category recognized, studied and supported by legislation specific, guiding and protective. The service in specific institutions, kindergartens and preschools also undergone significant changes, as it came out of a welfare character education for a pedagogy that links care and education when it comes to children's development and learning. This study is based on reflections of authors with published and relevant to the proposed theme texts. Apart from these, they are also mentioned the laws that support early childhood education, as RCNEI - National Curriculum Reference for Early Childhood Education, LDB 9.394/96, Children's Statute and the Adolescent of 1990, Federal Constitution of 1988 and the Curriculum Guidelines National Basic Education 2013. Considering all these aspects, the research shows developed in qualitative and bibliographic. In this perspective, it is emphasized that dialogue and encounter multiple voices are critical to be critical gazes, reflective, inquiring about education and understand its processes and contributions.*

*Keywords: Concept, Evolution, Child, Childhood.*

#### 4 REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe: **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006, 196 p.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica*. Conselho Nacional de Educação. *Câmara Nacional de Educação Básica*. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

Alterações na Lei de Diretrizes e Bases a Educação Nº 9.394/96: Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/51-acao-na-justica/10004806-conheca-as-principais-implicacoes-das-mudancas-presentes-na-lei-no-127962013-que-alterou-diversos-dispositivos-da-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldb-com-importantes-implicacoes-para-os-municipios>> Acesso em: 23 de ago de 2015.

Artigo Portal Educação. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/26547/como-a-crianca-era-vista-e-tratada-desde-a-epoca-medieva-ate-o-seculo-xx> > Acesso em: 21 de ago 2015

Artigo Sandra Vaz de Lima. Disponível em: <<http://fundamentoseducacaoinfantil.blogspot.com.br/p/conceito-de-infancia.html>> Acesso em 24 de ago de 2015

Artigo Luiza Franco Duarte. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342> Acesso em: 18 de jan de 2016.

Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 29 de ago de 2015

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm)> Acesso em 29 de ago de 2015

Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil>> Acesso em: 29 de ago de 2015

História da Educação Infantil.

Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/historicodainfancia.asp>>

Acesso em: 23 de ago de 2015

KUHLMANN Junior, Moysés. **Infância e Educação Infantil: Uma Abordagem Histórica/** Moysés Kuhlmann Jr. – Porto Alegre: Mediação. 1998. 210 p.

LBD 9.394/96. Disponível em:

<http://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/>

<Acesso em: 29 de ago de 2015>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação:

Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>

Acesso em: 23 de dez de 2015.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Disponível em:

<<http://naescola.eduqa.me/materiais-download/educacao-infantil-depois-do-rcnei-caminho-ate-ensino-ideal/>> Acesso em: 29 de ago de 2015

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Disponível em:

<<http://pedagogiaopedaletra.com/rcnei-referencial-curricular-para-educacao-infantil/>

<http://pt.slideshare.net/SimoneHelenDrumond/formao-rcnei>>

Acesso em: 29 de ago de 2015

Roda dos Expostos. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_roda\\_dos\\_expostos.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm)>

Acesso em: 23 de ago de 2015

ROVER, Ardinete; Pereira, Débora Diersmann Silva. **Diretrizes para a elaboração de trabalhos científicos.** Joaçaba. Ed. Unoesc, 2013.

Sonia Kramer. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat8.pdf>>

Acesso em: 29 de ago de 2015

TREVISOL, Joviles Vitório. **Diretrizes para a elaboração de artigos científicos.** Joaçaba:

Ed. Unoesc, 2009.